

## CORPO DELIBERATIVO

Presidente	Conselheiro Flávio Esgaib Kayatt
Vice-Presidente	Conselheiro Jerson Domingos
Corregedor-Geral	Conselheiro Marcio Campos Monteiro
Conselheiro	Iran Coelho das Neves
Conselheiro	Waldir Neves Barbosa
Conselheiro	Ronaldo Chadid
Conselheiro	Osmar Domingues Jeronymo

## 1ª CÂMARA

Conselheiro	Osmar Domingues Jeronymo
Conselheiro	Jerson Domingos
Conselheiro Substituto	Leandro Lobo Ribeiro Pimentel

## 2ª CÂMARA

Conselheiro	Marcio Campos Monteiro
Conselheiro Substituto	Célio Lima de Oliveira
Conselheira Substituta	Patrícia Sarmento dos Santos

## CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Coordenador	Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel
Subcoordenadora	Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos
Conselheiro Substituto	Célio Lima de Oliveira

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Procurador-Geral de Contas	João Antônio de Oliveira Martins Júnior
Procurador-Geral Adjunto	Matheus Henrique Pleutim de Miranda
Corregedor-Geral	Procurador de Contas Substituto Joder Bessa e Silva
Corregedor-Geral Substituto	Procurador de Contas Substituto Bryan Lucas Reichert Palmeira

## SUMÁRIO

ATOS NORMATIVOS .....	2
ATOS PROCESSUAIS .....	2

## LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do TCE-MS.....	<a href="#">Lei Complementar nº 160, de 2 de Janeiro de 2012</a>
Regimento Interno.....	<a href="#">Resolução nº 98/2018</a>

## ATOS NORMATIVOS

## Presidência

## Portaria

## PORTARIA TCE/MS N. 204, de 14 de maio de 2025.

*Designa Conselheiro para responder interinamente por Gabinete de Conselheiro afastado temporariamente.*

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CONSELHEIRO FLÁVIO KAYATT, no uso da competência conferida no art. 9º, inciso I da Lei Complementar n. 160, de 2 de janeiro de 2012, tendo em vista o disposto no art. 20, inciso VIII do Regimento Interno, aprovado pela Resolução TCEMS n. 98, de 5 de dezembro de 2018;

Considerando o afastamento do **Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo**, em decorrência de determinação judicial;

Considerando a Decisão 446/2025, proferida nos autos TC/2127/2025, tornando sem efeito o Ato Convocatório nº. 001, de 05 de janeiro de 2023;

## RESOLVE:

**Art. 1º** Revogar a Portaria TCE/MS nº 192, de 03 de fevereiro de 2025.

**Art. 2º** Designar o **Conselheiro Substituto Célio Lima de Oliveira** para responder, interinamente, pelo gabinete do **Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo**, a partir do dia 14/05/2025.

**Art. 3º** Determinar a transferência do acervo processual do **Conselheiro Osmar Jeronymo** ao **Conselheiro Substituto Célio Lima de Oliveira**.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Campo Grande, 14 de maio de 2025.

Conselheiro FLÁVIO KAYATT  
Presidente

## ATOS PROCESSUAIS

## Presidência

## Decisão

## DECISÃO DC - GAB.PRES. - 446/2025

PROCESSO TC/MS : TC/2127/2025  
PROTOCOLO : 2790660  
ÓRGÃO : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
JURISDICIONADO :  
TIPO PROCESSO : PROCESSO ADMINISTRATIVO

Vistos, etc.

Trata-se de petição apresentada pelo **Conselheiro Waldir Neves Barbosa**, autuado sob o TC/2127/2025, informando da decisão proferida pelo **Exmo. Min. Alexandre de Moraes**, do Supremo Tribunal Federal – STF, nos autos do HC 255730/MS, cujo dispositivo restou assim determinado:

**“Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do STF, DEFIRO, PARCIALMENTE, O PEDIDO LIMINAR E DETERMINO A IMEDIATA SUSPENSÃO das seguintes medidas cautelares, em relação à WALDIR NEVES BARBOSA:**

*(a) Afastamento do exercício das funções públicas, que deverão ser retomadas imediatamente;*

*(b) Proibição de acessar as dependências do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, bem assim de utilizar os serviços daquela Corte;*

(c) *Monitoração eletrônica.*

*MANTENHO, entretanto, a proibição de se comunicar com os demais investigados.*

*Por fim, em SUBSTITUIÇÃO A MEDIDA CAUTELAR ANTERIOR DE MONITORAÇÃO ELETRÔNICA, DETERMINO:*

*(1) A proibição de ausentar-se da Comarca;*

*(2) A suspensão do passaporte, proibindo-se, ainda, a obtenção de novo documento;*

*(3) A proibição de ausentar-se do País, devendo a Polícia Federal proceder às anotações necessárias ao impedimento migratório.*

*Solicite-se, no prazo de 5 (cinco) dias, informações ao Ministro relator no Superior Tribunal de Justiça. Após, envie-se à Procuradoria Geral da República para parecer.*

*Comunique-se, com urgência, ao Superior Tribunal de Justiça, ao Presidente do Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul e à Polícia Federal.*

*Intime-se, inclusive por meios eletrônicos, o advogado do paciente.*

*Ciência à Procuradoria-Geral da República.*

*Publique-se.”*

Ao final, requer o peticionante “o cumprimento da ordem, com a reintegração/posse ao cargo público de Conselheiro deste Egrégio Tribunal de Contas.” (fl. 3).

**É o relatório.**

**Decido.**

Tendo em vista a decisão proferida pelo Exmo. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, nos autos do HC 255730/MS, determinando que o ora peticionante, **Conselheiro Waldir Neves Barbosa**, retome imediatamente as funções públicas das quais estava afastado, torno sem efeito o Ato Convocatório nº. 001, de 05 de janeiro de 2023 que havia convocado o Conselheiro Substituto Célio Lima de Oliveira para substituí-lo e, em cumprimento à decisão liminar proferida no HC 255730/MS, determino a imediata reintegração do Conselheiro Waldir Neves Barbosa no cargo público de Conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul.

Transfira-se o acervo processual sob a gestão do Conselheiro Substituto Célio Lima de Oliveira ao **Conselheiro Waldir Neves Barbosa** para o exercício regular de suas atribuições.

Dê-se ciência pessoal ao requerente.

Publique-se.

Campo Grande/MS, 14 de maio de 2025.

**Conselheiro Flávio Kayatt**  
Presidente

